revista
brasileira de
avaliação

Artigo Original: Dossiê de Autoavaliação Educacional

Autoavaliação emancipatória, participativa e multifatorial na pós-graduação: O caso do mestrado em rede

Emancipatory, participatory and multifactorial self-evaluation in postgraduate studies: The case of the network master's degree

Clarice Monteiro Escott¹* ©, Wanderley Azevedo de Brito² ®, Josina Maria Pontes Ribeiro³ ®, Maria Cristina Caminha de Castilhos França¹ ®

- ¹Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Porto Alegre, RS, Brasil
- ²Instituto Federal de Goiás (IFG), Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Anápolis, GO, Brasil
- ³Instituto Federal do Acre (IFAC), Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Rio Branco, AC, Brasil

COMO CITAR: Escott, Clarice Monteiro, Brito, Wanderley Azevedo de, Ribeiro, Josina Maria Pontes, & França, Maria Cristina Caminha de Castilhos (2024). Autoavaliação emancipatória, participativa e multifatorial na pós-graduação: O caso do mestrado em rede. Revista Brasileira de Avaliação, 13(1), e131124. https://doi.org/10.4322/rbaval202412011

Resumo

Apresenta resultados de uma pesquisa participante que analisou a experiência de construção e aplicação do Sistema de Autoavaliação do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), formado por 40 Instituições Associadas (IA), distribuídas pelo território brasileiro. A questão que permeou a análise foi a de verificar o modelo avaliativo proposto pela CAPES no contexto de um mestrado em rede, de forma a reconhecer tanto a identidade do programa como sua contribuição para o fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Metodologicamente, considerou-se a avaliação emancipatória, destacando a importância do processo democrático e da crítica institucional e criação coletiva. O processo teve a participação de discentes, docentes, egressos e gestores, mediante uso de plataforma de gerência da base de dados do Programa. Como resultado, a análise explicita como se deu a aplicação em cada IA, bem como sistematização e análise dos resultados.

Palavras-chave: Autoavaliação na pós-graduação. Mestrado em rede. Autoavaliação emancipatória e participativa. Educação profissional e tecnológica. ProfEPT.

Abstract

The study presents the results of a research that analyzed the experience of building and implementing the Self-Assessment System of the Postgraduate Program in Professional and Technological Education in a National Network (ProfEPT). This program consists of 40 Associated Institutions, distributed throughout the Brazilian territory. The focus of the analysis was to assess the evaluative model proposed by CAPES in the context of a networked master's program, aiming to recognize the program's identity and its contribution to strengthening the Federal Network of Professional and Technological Education. Methodologically, the option for an emancipatory evaluation approach emphasizes the importance of the democratic process, institutional criticism and collective creation. The process involved the participation of students, professors, alumni, and administrators, utilizing a database management platform for the program's data. As a result, the analysis reveals how the assessment was implemented in each IA, as well as the systematization and analysis of the results.

Keywords: Postgraduate self-assessment. Networked master's program. Emancipatory and participatory self-assessment. Professional and technological education. ProfEPT.

Clarice Monteiro Escott, branca, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Wanderley Azevedo de Brito, branco, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Goiás (IFG).

Josina Maria Pontes Ribeiro, negra, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal do Acre (IFAC).

Maria Cristina Caminha de Castilhos França, branca, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

Recebido: Novembro 09, 2023 Aceito: Maio 17, 2024 *Autor correspondente:

Clarice Monteiro Escott **E-mail:** clarice.escott@ifrs.edu.br



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



Introdução

O artigo apresenta a análise, fruto de pesquisa participante sobre a implementação do Sistema de Autoavaliação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), especialmente as vivências do primeiro ciclo avaliativo e a relação deste com o Planejamento Estratégico (Escott et al., 2022). O programa em questão está vinculado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Área de Ensino (Área 46) e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação em 26 de janeiro de 2017. Tem como objetivo:

Proporcionar formação em Educação Profissional e Tecnológica, visando tanto à produção de conhecimento como ao desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. (ProfEPT, 2018, p. 2).

Considerando a sua estrutura, o programa é caracterizado como um Mestrado em Rede Nacional. Está presente em 26 Estados da Federação e no Distrito Federal, somando, a partir do processo seletivo de 2019, 40 Instituições Associadas (IA) e, atualmente, 532 docentes e 2.597 estudantes. A estrutura acadêmica está organizada a partir da Área de Concentração "Educação Profissional e Tecnológica", com duas linhas de pesquisa, a saber: Linha 1 - Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica e Linha 2 - Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica. Organizada de forma democrática e colegiada, a gestão do Programa ocorre por meio de instâncias que primam pela representatividade de gestores, docentes e discentes em nível nacional. Conforme Regulamento Geral, a estrutura de gestão do Programa organiza-se da seguinte forma (ProfEPT, 2018):

- a) **Comitê Gestor (CG)** composto por Coordenador Geral, Coordenador Acadêmico Nacional; Três Coordenadores Adjuntos Nacionais; Representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC); Representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Representante do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação (FORPOG); e um Coordenador Acadêmico Local por Região.
- b) **Comissão Acadêmica Nacional (CAN)** composta por Coordenador Geral; Coordenador Acadêmico Nacional; quatro Coordenadores Adjuntos Nacionais; e, um representante do corpo docente por região do Brasil.
- c) Comissões Acadêmicas Locais (CAL) compostas por Coordenador Acadêmico Local;
 Professores do Corpo Docente do Curso; e, um representante estudantil em cada uma das 40 Instituições Associadas.

Com Leite (2005, p. 79), entende-se que "[...] a democracia participativa envolve a formação da comunidade política e a autolegislação e a autovigilância das ações. É um processo pedagógico exigente!". Nesse sentido, considerando a complexidade de um Mestrado em Rede Nacional, percebe-se que há a preocupação para que os processos de avaliação externa e de desenvolvimento de autoavaliação possibilitem a promoção da reflexão coletiva sobre o processo de instituição e consolidação do ProfEPT. Para tanto, em 2019, após muitos movimentos que promoveram a autoavaliação do ProfEPT, foi constituído o Núcleo de Autoavaliação e Planejamento Estratégico (NAPE), que desde então, vem assumindo a concepção, a implementação e a condução do Sistema de Autoavaliação do ProfEPT. Nesses termos, o desafio do NAPE é:

[...] construir um modelo avaliativo adequado para este Mestrado em Rede e pensado para o fortalecimento da RFEPCT e da Educação Profissional e Tecnológica brasileira de forma mais ampla. Sabemos que modelos de avaliação devem ser entendidos como representação da realidade (Leite, 2005). Portanto, o Sistema de Autoavaliação do ProfEPT deve ser considerado no recorte do tempo histórico do Programa e do redimensionamento da avaliação da CAPES. Foi esse o cenário que [...] levou a definir, dentro do [...] alcance, a competência técnica e política mais adequada à avaliação de um Mestrado em Rede, com vistas à elucidação possível sobre o processo de



implementação do ProfEPT e das necessárias ações daí advindas, sem, com isso, [renunciar aos] princípios democráticos com base participativa dessa autoavaliação. (Escott et al., 2020, pp. 13-14).

As experiências e vivências aqui analisadas referem-se a conhecimentos acumulados ao longo do primeiro Ciclo de Autoavaliação do ProfEPT, ocorrido entre julho de 2020 e março de 2021. Entrementes, há que se discorrer inicialmente sobre os fundamentos teórico-metodológicos do Sistema de Autoavaliação do ProfEPT para que, posteriormente, se possa apresentar a análise sobre a experiência do primeiro Ciclo de Autoavaliação do ProfEPT e sua relação com o Planejamento Estratégico na Pós-graduação.

Fundamentos teórico-metodológicos do Sistema de Autoavaliação do ProfEPT

A descrição detalhada dos fundamentos teórico metodológicos do Sistema de Autoavaliação do ProfEPT se faz presente no documento que instaura o referido Sistema e que, por sua vez, destaca como necessário a "[...] identificação de simetrias que constituem a especificidade de um Mestrado em Rede[...]", de modo a qualificar a formação do discente, o trabalho docente, a produção científica e a atender aos critérios de avaliação da CAPES (Escott et al., 2020, p. 15). Nesses termos, o NAPE buscou construir uma proposta de autoavaliação que contemplasse os desafios de um mestrado em Rede, considerasse as mudanças da avaliação externa propostas pela CAPES e, ainda, subsidiasse o Planejamento Estratégico do ProfEPT com vistas à definição de metas e ações futuras de adequação e melhorias necessárias, apontadas pelos resultados da autoavaliação.

Desse modo, constata-se que o Sistema de Autoavaliação do ProfEPT foi construído a partir da percepção de que a autoavaliação de um programa de pós-graduação stricto sensu em rede é processo complexo e multifacetado, mas de extrema importância para o desenvolvimento e a consolidação do mesmo. Tal processo parte da concepção de autoavaliação formativa e emancipatória, observando-se o necessário diálogo e atendimento aos critérios de avaliação externa da CAPES. Nesse sentido, o Sistema de Autoavaliação do ProfEPT estabelece alguns pressupostos norteadores, os quais sustentam sua dinâmica de autoavaliação.

Conceber a avaliação sob a perspectiva emancipatória, pressupõe admiti-la como uma realidade dialética, cujo movimento baseia-se em práticas individuais e coletivas dos diversos sujeitos participantes do processo. Avaliar, a partir da concepção de emancipação dos atores envolvidos no processo, visa a reduzir a possibilidade de tomá-la como mero instrumento para acúmulo de informações e de dados quantitativos, ancorados somente em resultados. Desse modo, intenciona retirá-la da lógica do controle dos agentes do Estado regulador e avaliador (Saul, 2015), para centrá-la na participação dos múltiplos sujeitos envolvidos no processo e na superação da mera análise quantitativa dos dados do processo de avaliação.

Tal pressuposto reafirma a necessidade participação efetiva em diferentes processos institucionais. Assim, a autoavaliação é entendida como um processo pedagógico em permanente construção e, por isso mesmo, implica em assumir um paradigma heurístico e qualitativo, a partir do qual os sujeitos são pensados como agentes ativos, comprometidos não apenas com as informações a serem repassadas, mas como todas as etapas do processo, o que inclui propostas de melhorias (Dias Sobrinho, 2003; Leite, 2005).

Nessa direção, a avaliação no sentido emancipatório, constitui-se fundamentalmente de uma posição política, pois envolve pessoas (individual e coletivamente) e instituições, no complexo movimento de busca pelo conhecimento da realidade. A vontade política dos sujeitos implicados na tarefa de conhecer a realidade nas diferentes dimensões do objeto da avaliação, impacta na maior ou menor possibilidade de identificação das suas contradições e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento de ações que visam superar os obstáculos no processo de aperfeiçoamento das instituições.

A participação efetiva dos diferentes atores na avaliação só é possível se o modelo for concebido na forma democrática, cuja dimensão libertadora implica na criação de espaços concretos de participação, autorreflexão das práticas dos diferentes sujeitos, de modo a



permitir a apropriação do conhecimento, como parte da perspectiva emancipatória daqueles realmente envolvidos no processo.

A partir da autoavaliação, sob o prisma crítico e emancipatório do processo, os sujeitos participantes podem examinar as suas práticas e identificar as suas potencialidades e fragilidades nos diferentes contextos, espaços e tempos. Assim, o desvelar da realidade, a partir da efetiva participação dos sujeitos, permite o emergir das contradições contidas no processo investigado, como dado objetivo da avaliação.

Vale lembrar que a autoavaliação, sendo realizada pelos sujeitos que fazem a instituição ser o que é e o que almeja ser em busca da melhoria da sua qualidade pública, ao estabelecer-se como um processo de debate de ideias, autonômico e participativo, com sujeitos donos da sua titularidade, carrega consigo a vivência de uma prática democrática. (Leite et al., 2020, p. 345).

Autoavaliar na perspectiva da emancipação, pressupõe, portanto, criar condições para que os sujeitos possam refletir sobre a sua práxis, aprender por si mesmos e em colaboração com os outros, conhecer quem são e para onde querem ir. Isso significa saber pensar e fazer a discussão crítica da realidade. O protagonismo dos distintos atores do processo avaliativo permite o desenvolvimento de uma consciência emancipadora de suas práticas educativas e, ao mesmo tempo, implica na ampliação da autonomia desses sujeitos. Isso porque, "a avaliação, ao ser compartilhada, começa a fazer sentido para as pessoas" (Leite et al., 2020, p. 340).

Desse modo, a avaliação como uma prática educativa emancipatória, estimula a criação de condições para que os sujeitos participantes do processo se apropriem de conhecimentos que emergem da realidade, como caminho para possibilitar a criação dos meios que podem guiar as ações concretas na tomada de decisões.

Logo, conceber a avaliação a partir da concepção emancipatória dos múltiplos atores institucionais, visa a criação de condições para a superação dos desafios individuais, coletivos e institucionais, com vistas ao aperfeiçoamento das práticas que envolvem o conjunto dos participantes do processo, nas diferentes dimensões integrantes da realidade.

A emancipação no processo de avaliação de um programa de pós-graduação stricto sensu em rede, como é o caso do ProfEPT, requer o reconhecimento dos sujeitos participantes e a integração das instituições ao processo de conhecimento da realidade, em todas as suas contradições. Nesse sentido, tal movimento demanda a definição de ações e práticas que visam ao aperfeiçoamento dos processos e a ampliação da autonomia, como dimensões da natureza constituinte da avaliação emancipatória e democrática.

Dessa forma, metodologicamente, o Sistema de Autoavaliação do ProfEPT orienta-se pelo paradigma de avaliação emancipatória que, segundo (Saul, 2001, p. 53), "tem sua construção inspirada em três vertentes teórico-metodológicas", conforme exposto a seguir:

- a) *avaliação democrática*, considerando o levantamento das concepções e reações acerca do ProfEPT, mediante garantia de sigilo aos participantes, segurança quanto ao uso de dados coletados, bem como a acessibilidade e o direito à informação.
- b) *crítica institucional* e *criação coletiva*, possibilitando à apreensão simultânea e integrada das múltiplas dimensões de análise do ProfEPT, a partir de três e utilizando de 3 momentos, quais sejam: expressão e descrição da realidade; crítica do material expresso; criação coletiva.
- c) *pesquisa participante*: compreensão das necessidades básicas do Programa e de seus atores, sem desconsiderar os critérios definidos pela avaliação externa, bem como na definição coletiva de estratégias que visem à superação.

O paradigma de avaliação emancipatória que orienta o Sistema de Autoavaliação do ProfEPT pode ser observado no Quadro 1.

É pois, a partir das vertentes teórico-metodológicas do paradigma da avaliação emancipatória que se delineia os contornos da pesquisa participante coordenada pelo NAPE. No contexto do Sistema de Autoavaliação do ProfEPT e conforme os pressupostos teórico-metodológicos, a



Quadro 1. Paradigma da Avaliação Emancipatória.

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO	
NATUREZA DA AVALIAÇÃO	- Processo de análise crítica da realidade do ProfEPT visando à sua transformação.	
ENFOQUE	- Qualitativo (embora considere, também, os aspectos quantitativos no que se refere à produção científica e técnica de docentes e discentes).	
	- Praxiológico: busca apreender o fenômeno (ProfEPT) em seus movimentos e em sua relação com a realidade, objetivando sua transformação e não somente a sua descrição.	
INTERESSE	- Emancipador, devendo provocar a crítica, libertando os atores de condicionamentos determinados.	
VERTENTE	- Político-pedagógica.	
COMPROMISSOS	- Propiciar que os atores, direta ou indiretamente, envolvidos pelo processo avaliativo escrevam a sua história e a do ProfEPT.	
	- O compromisso do avaliador é com a consolidação do Programa.	
CONCEITOS BÁSICOS	- Emancipação.	
	- Decisão democrática.	
	- Transformação.	
	- Crítica educativa.	
OBJETIVOS	- Desvelar o caminho para a transformação.	
	- Fomentar a participação de forma a promover a cogestão.	
ALVO DA AVALIAÇÃO	- Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> .	
	- Programa em Rede.	
	- ProfEPT.	
PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	- Antidogmatismo.	
	- Autenticidade e compromisso.	
	- Direito à informação.	
	- Continuidade da ação reflexão.	
	- Integração da autoavaliação com o Planejamento Estratégico.	
MOMENTOS DA AVALIAÇÃO	- Descrição da realidade.	
	- Crítica da realidade.	
	- Criação coletiva.	
PROCEDIMENTOS	- Diálogo.	
	- Participação.	
	- Integração das fontes de dados.	
	- Cogestão.	
	- Autolegislação.	
TIPOS DE DADOS	- Predominantemente qualitativo.	
	- Utilizam-se também dados quantitativos.	
PAPEL DO NAPE-ProfEPT	- Coordenar e orientar o processo avaliativo.	
	- Promover a integração dos resultados com o Planejamento Estratégico.	

Fonte: Escott et al. (2020, pp. 28-29).



pesquisa participante considera o olhar dos atores envolvidos a partir de instrumentos que são organizados à luz dos critérios de avaliação externa definidos pela CAPES. Os dados coletados são organizados, de forma que cada Instituição Associada realize a análise com bases na sua realidade específica, em suas potencialidades, fragilidades e necessidades. Os resultados oriundos da análise de cada Instituição Associada são redimensionados nacionalmente. Tais resultados são discutidos com coordenadores das instituições participantes, docentes, discentes e egressos para a definição coletiva de estratégias que visem à superação das fragilidades. Considera-se, portanto, a pesquisa participante como elemento central do processo de avaliação emancipatória no ProfEPT.

Nesse sentido, a avaliação emancipatória e a pesquisa participante são processos que se complementam e se retroalimentam, visto que:

Para que este tipo de processo seja desenvolvido com sucesso, há um elemento essencial e inclusive, balizador desta dinâmica que é a participação dos sujeitos no processo avaliativo como atores atuantes e não somente informantes ou meros espectadores. (Polidori et al., 2007, p. 336).

Segundo Afonso (2024, p. 4), "em momentos fortemente mobilizadores, a avaliação institucional, a autoavaliação e a avaliação formativa podem convergir." Para o autor, há uma perspectiva político, ético e metodológica que encaminha para a defesa de uma concepção avançada de autoavaliação, com intensidade democrática.

A autoavaliação é, portanto, tida como um 'organizador qualificado', autogerido pela comunidade acadêmica e para o qual converge uma sequência de ações que levam a tomadas de decisões planejadas, conscientes ou refletidas e críticas (CAPES, 2019). Nesse contexto, a seguir são apresentadas as etapas construídas sob mediação do NAPE para autoavaliação do ProfEPT.

As etapas e os instrumentos para implementação do Sistema de Autoavaliação do ProfEPT

O Sistema de Autoavaliação do ProfEPT foi concebido e organizado pelo NAPE em ciclos, considerando a avaliação quadrienal da CAPES e, para tanto, se estrutura em nove etapas, quais sejam: 1) Produção e/ou revisão de instrumentos de Autoavaliação e inserção dos mesmos de Autoavaliação no Observatório do ProfEPT; 2) Sensibilização, a partir da divulgação do processo de Autoavaliação nas 40 IAs, simultaneamente; 3) Aplicação de instrumentos de coleta de dados; 4) Processamento de dados pelo Observatório do ProfEPT; 5) Realização de Seminários Locais de Autoavaliação para análise e sistematização de informações (quantitativas e qualitativas) que comporão o Relatório de Autoavaliação do Programa; 6) Sistematização e análise de dados das 40 IAs pelo NAPE para consolidação de prévia do Relatório de Autoavaliação do Programa; 7) Seminários de Autoavaliação com a gestão do ProfEPT (CG, CAN e CAL das 40 IAs) para validação da análise dos dados analisados pelo NAPE; 8) Apresentação dos resultados em Seminário Nacional de Autoavaliação com participação de avaliadores externos, com proposições para novo ciclo de Autoavaliação e Indicações para o Planejamento Estratégico, com periodicidade quadrienal; 9) Metaavaliação, considerando a necessidade de avaliar o próprio processo de autoavaliação, conforme demonstra a Figura 1.

Os instrumentos e formulários da autoavaliação foram propostos pelo NAPE considerando a ficha de avaliação da CAPES, a partir das suas dimensões: 1) Programa; 2) Formação; e, 3) Impacto na sociedade, buscando atender aos critérios de qualidade estabelecidos externamente. Ressalta-se que "a autoavaliação foi incluída como item da Ficha de Avaliação da CAPES, como componente do Quesito 'Programa', dando-se peso ao referido Quesito" (Leite et al., 2020, p. 349).

Em observância aos quesitos da Ficha de Avaliação da CAPES, as questões que integram os instrumentos da autoavaliação foram pensadas de forma a, também, atender às formas de organização e gestão do ProfEPT: 1) Programa, 2) Instituições Associada, 3) Disciplinas (obrigatórias e eletivas), 4) Docente, 5) Discente, 6) Coordenação Local, 7) Coordenação



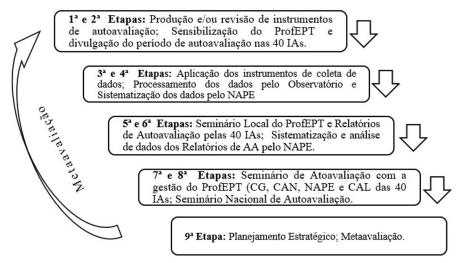


Figura 1. Etapas de Autoavaliação no ProfEPT.

Fonte: Escott et al. (2020).

Nacional; 8) Egressos. A partir das 08 dimensões se estabeleceram 4 instrumentos de coletas de dados, quais sejam: 1) Formulário Avaliação de IA; 2) Formulário Avaliação Docente; 3) Formulário Avaliação Discente; 4) Formulário Egressos.

Com o objetivo de superar as limitações e as contradições da avaliação externa, na construção dos instrumentos de autoavaliação do ProfEPT, como estratégia metodológica do NAPE, os formulários de autoavaliação partem da integração de quesitos da avaliação da CAPES, com as dimensões de autoavaliação do ProfEPT, conforme busca evidenciar a Figura 2, contida no Relatório Técnico do NAPE, que traz as análises do processo de Autoavaliação do ProfEPT, referente ao período 2017-2020 (Brito et al., 2021).

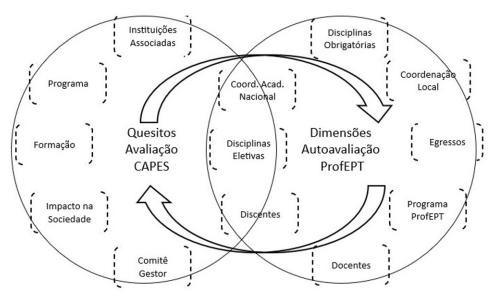


Figura 2. Integração entre os Quesitos de Avaliação CAPES e as Dimensões de Autoavaliação ProfEPT **Fonte:** Brito et al. (2021).

Uma vez elaborados os instrumentos de autoavaliação, desenvolveu-se o processo de sensibilização junto aos Coordenadores Acadêmicos Locais, Comitê Gestor e Comissão Acadêmica Nacional, momento em que se mobilizam os diferentes segmentos do ProfEPT sobre a importância de sua participação ativa nas etapas do processo de Autoavaliação.



Os formulários de coleta de dados são disponibilizados em uma plataforma denominada de Observatório do ProfEPT¹, que possibilita a coleta e o processamento de dados do Sistema de Autoavaliação. O Observatório do ProfEPT é um sistema virtual que funciona como recurso tecnológico de gestão desenvolvido a partir das necessidades do Programa, pelo Grupo de Pesquisa em Mineração de Dados e Imagens (MiDI) do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico. Sua criação foi motivada pela complexidade de realizar a autoavaliação de um programa em rede nacional, envolvendo tantas instituições e de diferentes realidades/regiões brasileiras.

Desse modo, em 2018, foi implantado o Observatório do ProfEPT como uma plataforma virtual que reflete os perfis dos docentes, discentes e egressos, permite a divulgação científica (dissertações e produtos educacionais) e a realização de fluxos e processos, dentre eles os processos de matrículas em disciplinas eletivas e, por fim, o processo de autoavaliação do Programa.

Findado o processo de coleta de dados, cada Instituição Associada realiza o Seminário de Autoavaliação Local envolvendo docentes, discentes, técnicos administrativos e egressos, no qual os participantes analisam os resultados, identificando as fragilidades e potencialidades em cada uma das dimensões da Ficha de Avaliação da CAPES. Observa-se que esse é um momento privilegiado do Ciclo de Autoavaliação, pois a participação e a reflexão sobre os dados promovem o que Dias Sobrinho (2003) denominou de 'dimensão do sentido' em relação aos dados e ao processo de autoavaliação. Cada coordenador de Instituição Associada encaminha, então, uma planilha com a sistematização dos dados resultantes do Seminário de Autoavaliação Local. De posse dos resultados das 40 planilhas, o NAPE realiza a análise e sistematização dos resultados, buscando as convergências em relação às fragilidades e potencialidades em âmbito nacional, caracterizando o diagnóstico da Rede ProfEPT, construindo, então o Relatório Técnico da Autoavaliação do Programa.

Identificadas e sistematizadas as fragilidades e potencialidades, o NAPE dá prosseguimento ao processo, construindo o Planejamento Estratégico do ProfEPT. Articulam-se, portanto, a Autoavaliação e seus resultados com a definição de metas e estratégicas no Planejamento Estratégico, compreendendo o período da Quadrienal. A proposta do Sistema de Autoavaliação ainda define que o Relatório de Autoavaliação e o Planejamento Estratégico, na sua primeira versão, devem passar por análise do Comitê Gestor, da Comissão Acadêmica Nacional e dos Coordenadores de IA, em reunião geral dos gestores do Programa, momento em que ainda são realizados ajustes nos documentos.

A finalização do Ciclo avaliativo do ProfEPT ocorre com a realização do Seminário Nacional de Autoavaliação, com a participação de docentes, discentes, técnicos administrativos e egressos, no formato remoto, no qual são apresentados os dois documentos: Relatório de Autoavaliação e Planejamento Estratégico. O Seminário Nacional de Autoavaliação ainda conta com a participação de convidados externos, *experts* em avaliação institucional, bem como representação da área de ensino da CAPES. Somente após o Seminário Nacional de Autoavaliação, o NAPE considera como consolidados o Relatório Técnico de Autoavaliação e o Planejamento Estratégico do ProfEPT.

Tomados como pressupostos as dimensões participativa e emancipatória da avaliação, a metaavaliação ocorre ao longo e ao final do processo de autoavaliação, caracterizando-se como avaliação formativa e somativa. O objetivo da metaavaliação, portanto, no âmbito do Sistema de Autoavaliação do ProfEPT, é de promover os ajustes necessários ao longo do processo em relação ao cronograma, aos instrumentos, aos espaços de participação, à sistematização e à divulgação dos resultados, bem como da promoção da articulação entre a Autoavaliação e o Planejamento Estratégico. Assim, a metaavaliação contribui para o fortalecimento do Sistema de Autoavaliação do ProfEPT e do Planejamento Estratégico, com vistas à elevação da qualidade do Programa.

¹ Atualmente o Observatório ProfEPT (2021) é coordenado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação do ProfEPT, que trabalha diretamente com o NAPE no que tange ao processo de autoavaliação.



A Autoavaliação em Rede: análise da experiência do 1º Ciclo de Autoavaliação e sua relação com o Planejamento Estratégico na Pós-graduação

Segundo o Relatório Técnico de Autoavaliação (Brito et al., 2021), o 1º Ciclo de Autoavaliação do ProfEPT foi realizado integralmente em formato remoto, no ano de 2020, durante a pandemia por Covid19. O Ciclo avaliativo iniciou com a sensibilização dos 40 coordenadores locais, socialização dos fundamentos teórico-metodológicos do Sistema de Autoavaliação do ProfEPT pelo NAPE e definição do cronograma de execução. Os coordenadores locais, por sua vez, realizaram a sensibilização dos participantes do Programa nas Instituições Associadas. O NAPE desenvolveu materiais específicos para a divulgação e sensibilização de gestores, docentes, discentes, técnicos administrativos e egressos de forma a auxiliar na mobilização no formato remoto.

De acordo com os registros no Relatório Técnico de Autoavaliação (Brito et al., 2021), participaram do 1º Ciclo de Autoavaliação, 2.011 pessoas envolvidas no Programa ao longo da Quadrienal 2017-2021, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1. Sujeitos participantes do Ciclo de Autoavaliação ProfEPT: 2017-2020.

SEGMENTOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Coordenadores	40
Egressos	344
Docentes	346
Discentes	1281

Fonte: Observatório ProfEPT (2021).

As respostas às questões dos instrumentos ficam disponibilizadas no Observatório do ProfEPT conforme as Dimensões da Ficha de Avaliação da CAPES, o que pode promover um movimento de articulação dialética entre os critérios de avaliação externa e os critérios de autoavaliação do Programa, contribuindo para o fortalecimento da autonomia e da qualidade da formação. Segundo Afonso (2005), essa pode ser uma dialética positiva com o pilar da emancipação, na qual a participação é condição fundamental, o que ressignifica a relação entre regulação e emancipação. Assim, "[...] a regulação deve se articular com a função de avaliação educativa, que, para além do mero controle, se desenvolve como prática social voltada à produção da qualidade das instituições e da emancipação social" (Dias Sobrinho, 2003, p. 42).

Ainda, consta no Relatório Técnico de Autoavaliação, que os Seminários de Autoavaliação Locais foram realizados em formato remoto:

Mesmo que realizados no formato remoto, em razão da pandemia causada pelo COVID19, com participação integralmente on-line, os Seminários Locais permitiram o acompanhamento dos processos de implantação do Programa por meio da integração dos atores envolvidos, de forma a apreender a percepção coletiva da realidade, com vistas à sua transformação e qualificação do Programa. (Brito et al., 2021, p. 67).

Assim, mesmo tendo sido realizado em formato remoto, pode-se perceber que o Seminário de Autoavaliação Local das 40 IAs que integram a Rede ProfEPT, atingiu o objetivo de possibilitar a participação democrática de todos os integrantes do Programa. A partir dos resultados da autoavaliação extraídos do Observatório, os participantes do Seminário de Autoavaliação Local, discutiram participativamente as fragilidades e as potencialidades no desenvolvimento das atividades do ProfEPT no período 2017-2020, considerando a realidade de cada Instituição Associada. O que se percebe pela dimensão nacional do Programa, é que as diversidades regionais e locais das IAs integrantes do ProfEPT, parecem corroborar com o processo de integração da autoavaliação da pós-graduação ao sistema de avaliação da



CAPES. Tal experiência, "abre potencialmente, uma pequena janela para que a diversidade de culturas e a riqueza dos contextos emergentes reflua para dentro da pós-graduação" (CAPES, 2019, p. 10).

Em que pese as dificuldades em mobilizar um contingente tão grande de atores para a realização da autoavaliação nas 40 IA, uma das questões mais complexas apontadas pelos integrantes do NAPE, reside na análise e na sistematização dos dados dos Seminários Locais em um único documento capaz de representar a relação parte-todo do ProfEPT. Um Programa em Rede exige que se considere a diversidade, mas que também seja definida uma unidade que venha a fortalecer a identidade do mesmo. Tal processo de análise e sistematização de dados constitui-se como a base para a formulação do Relatório Técnico de Autoavaliação e esse, por sua vez, sustentou a construção do Planejamento Estratégico do ProfEPT, levando em consideração as fragilidades e potencialidades identificadas. O documento do Planejamento Estratégico (Escott et al., 2022), está estruturado da seguinte forma: além da apresentação, um capítulo de diagnósticos e cenário, o plano de metas 2021-2024 e as considerações finais. Conforme consta na introdução do documento:

A estrutura do Planejamento Estratégico, segue a mesma lógica utilizada para organização dos instrumentos de autoavaliação: dimensões da Ficha de Avaliação da CAPES e categorias que as compõem. Importante salientar que algumas dessas categorias foram inseridas para contemplar o olhar para a especificidade de um mestrado em rede, portanto, transcendendo os indicadores e critérios da avaliação externa. As fragilidades e os pontos fortes que se desvelam a partir da autoavaliação, foram sintetizados pelo Núcleo de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do ProfEPT (NAPE) e são apresentados na estrutura desse Planejamento. Então, para cada Dimensão e Categoria, são, portanto, especificadas e definidas as metas e as estratégias correspondentes para cada ano da Quadrienal 2021-2024. As metas e estratégias buscam superar e/ou consolidar as práticas de gestão e científico acadêmicas com vistas à qualificação do Programa. (Escott et al., 2022, pp. 6-7).

O Relatório Técnico de Autoavaliação e o Planejamento Estratégico do ProfEPT foi apresentado e aprovado no Seminário Nacional de Autoavaliação em março de 2021, no modo remoto, em Rede Nacional, com ampla participação de gestores, docentes, discentes, técnicos e egressos, além de autoridades acadêmicas que discutiram sobre a autoavaliação na pós-graduação, como também emitiram seu parecer sobre o processo avaliativo do Programa, a saber: Dra. Denise Leite (UFRGS), Dr. Bob Verhine (UFBA) e Dra. Ivanize Rizzatti (Área de Ensino/CAPES).

Conforme relato do NAPE, a implementação do Planejamento Estratégico vem ocorrendo sob a responsabilidade da Coordenação Acadêmica Nacional (CAN) do ProfEPT e desenvolvida por Comissões Temáticas nomeadas especificamente para esse fim.

Considerações Finais

Esse artigo apresentou a análise do Sistema de Autoavaliação de um Programa de Pósgraduação Stricto Sensu em Rede Nacional e sua relação com o Planejamento Estratégico, a partir de pesquisa participante, sustentadas pela concepção de avaliação participativa e emancipatória. Foram utilizadas a análise documental e a percepção dos atores do Programa, e, em especial do NAPE. Para tanto, analisa-se os pressupostos teórico-metodológicos e as especificidades de um Programa em Rede, na definição e execução da Autoavaliação e construção do Planejamento Estratégico. Para tanto, tomou-se a experiência do 1º Ciclo de Autoavaliação ocorrido entre 2020 e 2021.

Nesse processo de autoavaliação participativa, segundo apontam os integrantes do NAPE, muitos foram os desafios e as dificuldades. Sem dúvida, o maior desafio consiste em implementar um sistema de autoavaliação de base participativa e emancipatória em um Programa Stricto Sensu em Rede, totalmente em um formato on-line, em meio à Pandemia por COVID19.

Nesse processo, o Observatório do ProfEPT ocupou centralidade, uma vez que sem ele, o NAPE não conseguiria reunir e sistematizar os dados das 40 Instituições Associadas. Tal constatação



remete à necessidade de o Programa manter essa plataforma e a equipe que a desenvolve, de forma a não perder esse espaço virtual de integração e acesso à informação que a tecnologia possibilitou ao ProfEPT. Ademais, devem ser criadas condições para aperfeiçoar os instrumentos de coleta de dados e a própria plataforma eletrônica do Observatório ProfEPT, mantendo-os integrados aos processos de avaliação externa da CAPES.

Outro fator fundamental para a realização do 1º Ciclo avaliativo, foi o comprometimento e a gestão participativa e colegiada dos gestores nacionais e locais, uma vez que o processo exige o cumprimento de um cronograma nacional e a mobilização e participação ativa de todos os envolvidos com o ProfEPT. Da mesma forma, dada a circulação de docentes, discentes e gestores, em razão da dimensão nacional do Programa, se faz necessário que os integrantes do ProfEPT sejam permanentemente instigados à participação e à apropriação dos processos e de seu histórico. Parece que essa é a condição para, inclusive, fomentar o comprometimento com as metas e estratégias definidas no Planejamento Estratégico. Com Leite (2005, p. 79), podemos afirmar que "[...] a democracia participativa envolve a formação da comunidade política e a autolegislação e a autovigilância das ações. Um processo pedagógico exigente!".

A participação, sem dúvida, é o elemento articulador e promotor do que Afonso (2005, p. 123) define como "campo privilegiado do conhecimento-emancipação". Para o autor, a trajetória participativa leva o indivíduo de um estado de ignorância a um estado de saber que se pode nomear por solidariedade. A participação, portanto, se configura como elemento fundamental, promotor de solidariedade e articulador de um Programa em Rede.

Nesse sentido, o que se constata nessa análise é que as práticas de autoavaliação evidenciadas levam a transcender os limites e critérios determinados pela avaliação externa. Isso porque a autoavaliação, no caso do ProfEPT, vem favorecendo a construção da identidade do Programa e possibilitando a reflexão sobre o contexto das políticas adotadas em cada instituição integrante da Rede do ProfEPT e no comprometimento com o todo.

Os resultados da experiência do Sistema de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do ProfEPT, como programa de pós-graduação em Rede, trazem desafios nem sempre compreendidos e considerados na sua complexidade pelos agentes externos que integram o sistema nacional de avaliação. Essa realidade evidencia a importância de estudos que possibilitem o aprimoramento do tradicional sistema de avaliação externa, com vistas ao atendimento das especificidades dos programas de pós-graduação em Rede.

Assim, o sentido de *Rede* no ProfEPT manifestado no processo de autoavaliação pode ser instituído com base na articulação, em níveis local e nacional, das práticas de autogestão e cogestão dos integrantes do Programa. A Autoavaliação e o Planejamento Estratégico daí decorrentes, possibilitam o movimento para a percepção do trabalho de cada Instituição Associada em relação à totalidade do Programa, contribuindo para seu aperfeiçoamento, qualificação e fortalecimento no contexto da pós-graduação.

A integração entre a avaliação externa e a autoavaliação de cada programa de pós-graduação, como objetivo da CAPES, amplia os espaços para o aperfeiçoamento do sistema nacional de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu. Desse modo, a partir da perspectiva emancipatória e democrática, os resultados da avaliação no ProfEPT apontam para a importância de se promover pesquisas que busquem traduzir as diferenças entre as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e das universidades.

Fonte de financiamento

Não há

Conflito de interesse

Não há



Agradecimentos

Agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Referências

Afonso, Almerindo Janela. (2005). Avaliação Educacional: Regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez.

Afonso, Almerindo Janela. (2024). Notas sobre a autoavaliação no ensino superior: Assimilacionismo eurocêntrico ou de(s)colonialidade?. *Revista Brasileira de Avaliação*, 13(1), e130124, 2024. Recuperado em 12 maio, 2024, de https://rbaval.org.br/article/10.4322/rbaval202412001/pdf/rbaval-13-1-e130124.pdf

Brito, Wanderley Azevedo de, Escott, Clarice Monteiro, Suhr, Inge Renate Frose, França, Maria Cristina Caminha de Castilhos, Ribeiro, Josina Maria Pontes, & Melo, Ernani Viriato de. (2021). *Autoavaliação ProfEPT*: Relatório de Técnico 2017-2020. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Núcleo de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do ProfEPT (NAPE). Vitória, ES: IFES/PROFEPT/NAPE. Recuperado em 15 setembro, 2023 de https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma2021/AutoAvalia%C3%A7%C3%A3o/Documentos/Relat%C3%B3rio T%C3%A9cnico17-20.pdf

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. (2019). *Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação: Grupo de Trabalho*. Brasília: CAPES. Recuperado em 20 setembro, 2023, de https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf

Dias Sobrinho, José. (2003). *Avaliação: Políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez.

Escott, Clarice Monteiro, França, Maria Cristina Caminha de Castilhos, Suhr, Inge Renate Frose, Brito, Wanderley Azevedo de, Ribeiro, Josina Maria Pontes, & Melo, Ernani Viriato de. (2022) *Planejamento Estratégico ProfEPT*: Quadriênio 2021-2024. 2. ed. Vitória, ES: Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT): Núcleo de Autoavaliação e Planejamento Estratégico do ProfEPT (NAPE). Recuperado em 15 setembro 2023 de https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma2021/Seminario/1Planejamento_Estrategico_21-24.pdf

Escott, Clarice Monteiro, Melo, Ernani Viriato de, Suhr, Inge Renate Frose, Ribeiro, Josina Maria Pontes, França, Maria Cristina Caminha de Castilhos, Calefi, Paulo Sérgio, & Brito, Wanderley Azevedo de. (2020) Sistema de Autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Vitória, ES: IFES/NAPE, 2020. Recuperado em 15 setembro de 2023 de https://profept.ifes.edu.br/images/stories/Turma_2020/Autoavaliacao/Sistema_de_Autoavaliacao_do_ProfEPT_-_NAPE_-__2020.pdf

Leite, Denise, Verhine, Robert, Dantas, Lys Maria Vinhaes, & Bertolin, Julio Cesar Godoy. (2020). A autoavaliação na Pós-Graduação (PG) como componente do processo avaliativo CAPES. *Avaliação – Revista de Avaliação da Educação Superior*, *25*(2), 339-353. Recuperado em 20 setembro, 2023, de https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4023/3765.

Leite, Denise. (2005). Reformas Universitárias: Avaliação institucional participativa. Petrópolis, RJ: Vozes.

Observatório ProfEPT. (2021). *Plataforma do Observatório ProfEPT*. Uberlândia (MG): IFTM. Recuperado em 16 setembro, 2023, de https://obsprofept.midi.upt.iftm.edu.br/

Polidori, Malis Morosini, Fonseca, Denise Grosso da, & Larrosa, Sara Fernanda Tarteer. (2007). Avaliação Institucional Participativa. *Avaliação – Revista de Avaliação da Educação Superior, 12*(2), 333-348. Recuperado em 12 maio, 2024, de https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/228

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. (2018). Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. Vitória (ES): IFES. Recuperado em 10 setembro, 2023, de https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Res CS 22 2018 - Regulamento.pdf

Saul, Ana Maria. (2001). Avaliação Emancipatória: Desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo. São Paulo: Cortez.

Saul, Ana Maria. (2015). Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. *Educação e Pesquisa*, *41*(No. esp.), 1299-1311. http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508143035